



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete da Deputada Federal **CRISTIANE LOPES**

**PROJETO DE LEI Nº..... DE 2023**  
**(DEP. CRISTIANE LOPES)**

*Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre o monitoramento eletrônico como medida protetiva urgência e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei altera a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, para dispor sobre o monitoramento eletrônico como medida protetiva de urgência.

Art. 2º. O art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescida seguinte redação:

“Art.22.....  
.....

VIII – monitoramento eletrônico.

.....

§ 5º O agressor poderá ser submetido ao monitoramento eletrônico, conforme viabilidade técnica e disponibilidade de equipamentos pela Secretaria Estadual de Segurança Pública à Comarca solicitante e a critério do juízo responsável pela execução de tal medida, visando fiscalização imediata e efetiva das medidas protetivas de urgência, constante da Lei Federal 11.340, de 07 de agosto de 2006.

§6º O monitoramento poderá ser realizado por meio de tornozeleiras, braceleteou chip, conforme espécie de equipamento disponibilizado.

§7º O agressor deverá ser orientado sobre a utilização do equipamento, bem como sobre os critérios e procedimentos de fiscalização da medida de afastamento.

§8º A mulher, vítima de violência doméstica e familiar, deverá ser instruída sobre os procedimentos de fiscalização da medida de afastamento.

Apresentação: 08/03/2023 16:30:08.107 - MESA

PL n.1006/2023

exEdit  
\* C D 2 3 6 1 8 8 7 9 3 0 0 \*







**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete da Deputada Federal **CRISTIANE LOPES**

restrição do porte ou suspensão da posse de armas.

Entretanto, quando o juiz determina que agressor não se aproxime da mulher, nem sempre há condições de assegurar o cumprimento dessa medida e, nesse contexto, é necessário ressaltar que o monitoramento eletrônico é alternativa auxiliar para medidas protetivas estabelecidas na Lei Maria da Penha, não ocorrendo somente para fiscalizar eventuais passos do monitorado, ora agressor, mas também para proteção às vítimas mulheres.

Portanto, o presente Projeto de Lei visa abrir a possibilidade de uma ação efetivamente capaz de promover a prevenção, a partir do uso da tecnologia de rastreamento em favor da vida, oferecendo à Polícia e ao Poder Judiciário a possibilidade de evitar, de fato, a consumação do ato criminoso.

É preciso ressaltar que pelo fato do monitoramento eletrônico ser aplicado também para a proteção das vítimas, estas recebem um dispositivo móvel mediante anuência que serve para que sejam alertadas sobre a aproximação do agressor e garante a possibilidade de se afastar do local para a sua segurança.

Deste modo, a medida do monitoramento eletrônico aplicada no âmbito da violência doméstica contra a mulher pode trazer frutíferos resultados além de possibilitar a ressocialização do agressor, uma vez que lhe devolve o convívio social e familiar sob absoluto controle, enquanto para a vítima, a maior vantagem é a proteção.

Sala das Sessões, em 08 de março de 2023

Deputada Cristiane Lopes

UNIÃO/RO

